

DISCURSO DE POSSE

Conselheiro Dirceu Rodolfo

Nesta manhã, 07 de janeiro, uma terça-feira, o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco recebe os seus convidados – autoridades, representantes de instituições parceiras, integrantes da sociedade civil organizada, servidores públicos, cidadãos engajados, profissionais liberais, parte da imprensa pernambucana, agentes públicos de seu quadro, integrantes de outros segmentos de nossa sociedade -, com o fito de a todos apresentar os nomes dos integrantes da sua mesa diretora para o biênio 2020-2021, um misto de conagração, reafirmação de propósitos e deferência ao povo pernambucano, razão primacial de sua existência organizacional.

Como disse, solenidades deste jaez sugerem a reafirmação de propósitos, missões, compromissos e posturas. Portanto, a natureza comunicativa não é o confim do presente ato. Aqui e agora, o TCE/PE também demonstra disposição e abertura para profícuas parcerias; disponibiliza seus serviços a todas as extratificações de cidadania; declara acatar e apascentar a crítica consciente, informada e minimamente consequente, mesmo porque sempre cultuou a crítica e a autocrítica como possíveis pontos de inflexão ajustadores.

Enfim, no presente ato, esta Casa reafirma a sua vocação ao bem servir e ao diálogo maduro, como também vem dizer que permanecerá perseguindo o desafiador compromisso de atuar - em cada átimo de seus vindouros périplos –, sobre trilhos, trilhas e veredas conducentes a padrões de desempenho e de efetividade esperados de uma Instituição Superior de Controle Externo.

É força ressaltar que, onde estiver presente o público, seja governamental ou não-governamental, há de medrar a dimensão institucional, afinal é ela que deve protagonizar a ventura de qualquer organização pública durante todos os seus ciclos existenciais. Na seara pública, sempre é desejável a precedência do público-institucional. As boas relações pessoais, algo a ser instilado, incentivado e preservado, deve significar não mais que um conveniente ativo de essência instrumental, pois a ambiência apropriada para que se conformem relações do tipo público X público/ público X privado é, e sempre será, o institucional, de forma que todo o fraseado produzido obedeça, fielmente, à justa sintaxe que revela um sentido democrático-republicano, como também significados e significantes incluídos dos anseios das minorias. No último caso, os órgãos de controle, notadamente as Instituições Superiores de Controle Externo, deverão estar permanentemente vigilantes no que diz respeito à modelagem, aprovação, implementação, monitoramento na reavaliação das

políticas públicas, de forma a permitir tempestivos ajustes de rumos, condição inafastável para se pôr cobro àquilo que Tocqueville denominou de “Tirania da Maioria”.

Embora o momento seja emblemático e de profunda comoção para o servidor público que sou, sinto-me mais confortável e oportuno na fala que medra a organização e, na mesma medida, sombreia os desideratos, impressões e sentimentos do porta-voz escolhido para o biênio.

O fato é que me apraz pensar o TCE/PE, casa de muitos dos presentes, como um sistema dotado de autodeterminação e em permanente aperfeiçoamento funcional; mais que isso, não raro imagino-o como organismo que pulsa, quer, pensa-se, planeja-se e lobriga um lugar a ser ocupado em um futuro possível, enfim, como uma espécie de amálgama transcendente do somatório dos corpos e das mentes de seus servidores. Creio, piamente, que não se trata de mera metáfora ou adorno argumentativo de essência quimérica, pois em casos quítais é certo que nunca divagamos quando existe consistência organizacional, informada e garantida por uma cultura de boas práticas presentes no fluxo dos trabalhos. É fácil identificar no nosso TCE tal consistência, fruto de planejamentos plurianual; meritocracia; capacitação perene e cambiante; descompromisso com o erro e tolerância à autocrítica; e, principalmente,

continuidade administrativa. Tudo o que aqui viceja e respira é conquista coletiva.

Embora reconheça que a nossa organização seja muito bem resolvida e goze de bom conceito junto à sociedade, aos órgãos parceiros e aos jurisdicionados, não há motivo para desmazelo ou ataraxia. Existem escaninhos competenciais que precisam ser pervardidos pelo TCE. Por outro lado, há sempre uma nova urgência de agora, somada à necessidade de não se negligenciar o que fazemos bem desde anteontem. Estamos em que os efeitos ativos e colaterais da pós-modernidade atingiram, de forma definitiva e lancinante, todas as instituições públicas brasileiras.

O nosso mutante mundo novo tem exigido, tanto das pessoas como das instituições, sucessivas adaptações em lampejos de tempo irrespiráveis, além de estar produzindo, dia após dia, uma civilização repleta de múltiplas clivagens, carente de identidade, saturada por informações turbadoras das melhores versões de verdade, aprofundadora a solidão humana e geradora de desconfiança como princípio geral de relacionamento. Giuseppe di Lampedusa, já se vão décadas, colocou na palavra de Dom Fabrizio uma assertiva bem próxima do que são os nossos dias. “Vivemos numa realidade movediça, à qual tentamos nos adaptar assim como as algas se dobram sob o impulso do mar.”

O esforço mimético também é imposto às instituições, principalmente diante de novos padrões de legitimação. Não há o que fazer! Manuel Castels, com raro talento de diagnose e prognose, faz-nos perceber que nossa sociedade está estruturada pelo modo informacional, precisamente em redes interconectadas. Vivemos em espaços de fluxos e tempo instantâneo, por isso mesmo o tipo de comunicação vertical, praticada pelas instituições públicas, não é só insuficiente, leva ao ostracismo, à prescindibilidade e, por conseguinte, à ilegitimidade. Impõe-se, portanto uma forma de comunicação horizontal.

Pierre Rosanvallon descortina o que clamou de Democracia da Desconfiança, fenômeno que toma forma e vem se agudizando ante uma grave deficiência de legitimidade que emerge do não atendimento ao pacto eleitoral. Eclode, de forma difusa, um sentimento de abandono e ruptura em relação à confiança instaurada no momento da escolha majoritária. Na esteira dessa intelecção, o autor faz referência à legitimidade por aproximação, uma vez que o procedimento, inclusive o eleitoral, mostra-se inidôneo para assegurar sentimento de acolhimento de demandas por uma sociedade cada dia mais multifacetada. A legitimidade por aproximação significa, principalmente, estar próximo da sociedade e dos atores sociais numa postura dialógica, estabelecendo-se

uma perene troca de perspectivas, expectativas e visões das mesmas questões e problemas.

A Conselheira de Santa Catarina, Sabrina Nunes Locken, em coruscante e alentado trabalho, ilaqueou o pensamento dos citados autores, resumindo em uma única sentença o estado de perplexidade vivido por todos, inclusive pelas instituições públicas, nos tempos de agora: “Desconfiança política, déficit democrático, falta de representatividade, um discurso de crise cada vez mais denso nos debates teóricos que reverbera no cotidiano dos atores sociais.”

O TCE, como todas as instituições brasileiras, ainda tem de caminhar em terrenos pedregosos e minados, dado o estágio de intolerância ideológica bem traduzido por Karnal como uma espécie de “cálido purgatório”. O “homem cordial” de Sérgio Buarque parece ter sido desintegrado, com tudo que tem de bom e de ruim, junto com a capacidade de diálogo, de aceitação e de construção. Parece que estamos perdendo a capacidade de transfixar as socapas, bandeiras e cores para, simplesmente, encontrar do outro lado um semelhante e companheiro da aventura que é estar no mundo sob a condição humana.

Pois bem, o TCE/PE, os demais tribunais de contas e todas as outras instituições, precisam buscar plataformas de comunicação horizontal, de maneira que possam encontrar um

estado de pervasividade comunicativa com todos os extratos da sociedade; a legitimidade a ser perseguida, a partir do agir comunicativo habermasiano, é o da proximidade, uma vez que o procedimento, isoladamente, não gera sentimento de inclusão; as organizações públicas têm de palmilhar as aléias da inovação, não necessariamente a tecnológica. O cerne de todos os problemas não é visto no presente, em verdade urge pensar as instituições no invisível, no ponto futuro, no vácuo, no não-existente. Melhor dizendo, e quem o diz é o Harari, temos de pensar no futuro como ficção científica, pois quando ele se corporificar é provável que o imaginado se confirme.

O que finalmente quer e grita esse TCE/PE que pulsa, planeja-se e projeta-se:

1) Dos seus servidores:

Deseja que o corpo de seus servidores (*lato sensu*) – sua carne, seu sangue e sua alma -, conectem-se com o mundo que passa voando fora de seus lindes institucionais; deseja que os seus servidores pratiquem a autocrítica como puro exercício de lucidez; deseja que seus servidores busquem e aperfeiçoem as boas práticas. Nesse particular, em *Ética a Nicômaco*, Aristóteles enfatiza que “as virtudes morais e éticas não são geradas nem em decorrência da natureza nem contra a natureza.” Portanto, tais

virtudes são produto do hábito. “A natureza não produz qualquer das virtudes morais em nós, uma vez que nada que seja natural é passível de ser alterado pelo hábito.” O filósofo exemplifica: “a pedra, cuja natureza é se mover para baixo, não pode por força de ser habituada, mover-se para cima, ainda que nos dispuséssemos a tentar habituá-la a fazê-lo lançando-a para cima dez mil vezes.” O contrário ocorre com as boas práticas, o hábito tem a força que perenizá-las na organização; deseja que os seus servidores o amem, falo de um amor que vela, age e transforma. Toni Morrison, em “O Olho Mais Azul”, argumenta que “O amor nunca é melhor do que o amante. Quem é mau, ama com maldade, o violento ama com violência, o fraco ama com fraqueza, gente estúpida ama com estupidez.” Não interessa às instituições públicas um amor meramente contemplativo de seus servidores e membros. Quem é negligente e acomodado, ama com negligência e acomodação. O que se quer é transformação pessoal em relação ao ofício, buscar na relação com o trabalho a arte e o belo, encantar-se com aquilo que chama de profissão... Aqui eu realço o conceito de beleza que é revelada no exercício das atividades laboriais, falo da beleza Shopenhouseana, conceito que demonstra que a alegria com o belo é uma coisa do mero conhecimento, exclusivo e puro, sem que os objetos do conhecimento tenham relação com nossos fins pessoais, isto é, com nossa vontade... Por conseguinte, a alegria com o belo é completamente desinteressada.

2) Da sociedade, em seus mais diversos segmentos:

O TCE/PE, como diversos outros bons tribunais de contas pátrios, inclusive nosso modelo, o TCU, deseja ser julgado com JUSTIÇA. Não é possível que, com o padrão de trabalho adotado, com a seriedade que depositamos no modelo de controle externo praticado em Pernambuco, e com a dedicação que os servidores desta casa entregam a este órgão, estejamos sujeitos a sentenças generalizantes, rasouras e, *permissa venia*, precipitadas - para não dizer perfunctórias -, sempre que algum descalabro ou pandilha é esvurmada em algum órgão congênere, seja mais a Sudeste, mais a Centro-Oeste, enfim, não importando para onde aponta a rosa-dos-ventos.

Justiça é um conceito de alta complexidade. Paul Ricoeur nos ajuda a falar sobre a justiça vindicada pelas boas cortes de contas brasileiras. O autor faz o caminho de volta à infância para identificar nosso primeiro contato com a região do direito, portanto do justo. A referência é a um grito infantil de indignação: É injusto!!! Isso ocorre quando há divisões desiguais, promessas não cumpridas ou punições desproporcionais.

Ricoeur adverte, porém, que JUSTIÇA não é igual a NÃO INJUSTIÇA. Para haver justiça é necessário a intervenção de um terceiro (juiz ou tribunal), uma instituição que sobrepuja a violência

pela palavra, trocando o TU por o CADA UM, ou seja, dando a cada um o que é seu.

É força reconhecer, os bons tribunais são “crianças” gritando sua indignação por desproporção punitiva, muito embora saibamos que o tal terceiro não os escutará, simplesmente porque NÃO EXISTE. A sociedade civil organizada, a imprensa, o não-governamental, o empresariado etc, nenhuma dessas parcelas representativas das clivagens sociais tem condições lógico-existenciais para julgar os bons tribunais de contas, de forma a dar a cada um o que é seu. Resta-nos nos comunicar com pervasividade, explicando o que fazemos e como o fazemos.

Quanto ao presidente que ora assume, o verbo em meu nome há de ser usado para expressar gratidão.

Tenho de agradecer aos meus pares, queridos amigos, muito além de colegas, pela confiança depositada.

Em especial, agradeço ao Conselheiro Marcos Loreto, homem simples, inteligente, humilde, humano e equilibrado. Entega à minha equipe um tribunal em perfeita homeostase, com avanços significativos e plenamente atualizado quanto às condições ideais de trabalho. Tenho a administrar um tribunal racional, com ativos humanos de excelência, enxuto em relação às questões de meios.

A gestão de Dr. Marcos intensificou o combate à corrupção; estimulou a transparência e o controle social; aprimorou a qualidade do processo de controle externo; fortaleceu setores vitais da casa, como é o caso da Gerência de Informação estratégica; intensificou as atividades de campo; aprimorou o Tome Conta, incluindo documentos relativos aos editais de licitações e contratos, e quejandos. Não só eu, o TCE agradece profundamente a Dr. Marcos Loreto e à sua equipe pela abnegação e devoção demonstradas no desempenho das atividades administrativas desta casa.

Ainda no plano institucional, importa falar do porvir. Os filósofos falam de um “futuro que não é mais como era antigamente”. Só para citar, um polonês se refere ao futuro numa perspectiva líquida; um americano, utilizando-se de um trecho do manifesto comunista, produz uma obra consistente intitulada “Tudo que é sólido se desmancha no ar.” Enquanto isso, lembro dos Stones numa canção que adoro, algo trivial, afirmarem: Time is on my side, yes it is!

Concluo que a frase dos Stones talvez tivesse lugar nos anos 60 ou 70 do século passado (quando as pessoas se moviam em slow motion e a paisagem estava cristalizada numa pintura a óleo), época na qual canção de fato foi produzida. Parece-me evidente que o tempo não está ao nosso lado, ele nos provoca

para que ajamos, mas em princípio está contra nós, por vezes transforma-se no verdugo de sonhos e instituições.

O TCE/PE continuará a fazer e a aperfeiçoar o que é seu bem-fazer. Refiro-me principalmente à conformidade, ou seja, à análise das contas pelos prismas legalidade e legitimidade. Contudo, é sempre importante salientar que o TCE, em grande medida, também é prevenção e orientação, muito embora não haja muita visibilidade desta espécie de atuação. Trata-se de algo que demanda esforço e utilização de importantes ativos, embora, no mais das vezes, não seja percebido pelos formadores de opinião. Lembro de Pasternak, em seu Doutor Jivago:

“ Eu penso que se fosse possível deter a besta que habita o homem com ameaças como a do cárcere ou do castigo além-túmulo, pouco importa... então, o emblema mais elevado da humanidade seria o domador do circo com seu chicote e não o pregador e seu sacrifício.”

Noutro plano, conforme deu seus sinais a carta de Moscou e a carta de Foz do Iguaçu, precisamos avançar na direção da análise das políticas públicas, evidenciando imprecisões ou falhas embuçadas. Digo em relação a todas as suas etapas: elaboração, aprovação, implementação, monitoramento, avaliação e ajuste de rumos. O cidadão só percebe a presença do Estado

onde existem políticas públicas transformadoras, efetivas, que influenciem diretamente na sua qualidade de vida. O faremos com responsabilidade, em movimentos cuidadosos, comunicando-nos para agir. Pensadores respeitando a opinião e as dificuldades de quem executa. Nesse ponto lembro de um compositor popular ao afirmar que “o homem sábio também pode morrer se não souber nadar.” Por outro lado, quem na ponta executa tem por dever buscar, ao máximo, o alinhamento dos quereres dentro da reserva do possível.

Noutro giro, o TCE/PE buscará orientação no fanal que brota da própria sociedade, lançando problemas para colher soluções inovadoras.

Alerto para o fato de que as prioridades dos próximos anos são frutos de um pensamento coletivo em evolução há tempos. Qualquer pessoa que pretenda ressaltar aspectos do avanço desta casa como de autoria própria, certamente estará desconectado da realidade ou sofrendo de algum tipo de versânia. Aqui, na atmosfera desta Casa, respira-se pensamentos, perguntas e respostas.

Por isso mesmo, lembrando do Nobel de Literatura de 2016, as perguntas e respostas estão sopradas no vento.

Entrando em aspectos mais pessoais, quero registrar três grandes saudades: Caio Caribé, Inaldo Sampaio e Conselheiro João Campos. Saudade é pra sentir, calar fundo e lembrar com generosidade.

Devo gratidão a todos os meus amigos, presentes ou não. Respondendo a uma querida amiga, disse que amigo é cuidado, sem cuidar não é amigo, descobrir-se amigo é subitamente flagrar-se zelando por alguém ou pela imagem de alguém. Sempre fui cuidado por meus bons amigos. Agradeço a todos eles fazendo-o em nome de Guilherme Uchôa, com muitas saudades.

Agradeço aos meus cunhados queridos, fazendo-o em nome de Gilberto Filho, todos meus irmãos afins.

Sou grato à presença de meus tios e primos, faço-o em nome de meu tio Nelson Rodolfo, sendo certo que em nossas relações familiares sempre prevaleceu a víscera coração.

Agradeço a presença de meu genro Estácio, jovem de valor e primorosa formação.

Agradeço a Giani, minha companheira, alguém que traz consigo todas os sublimes predicados e uma inexpugnável

vocação para ser parceira na vida . A mãe de meus três amados filhos, dedicada profundamente à educação e ao bem estar de cada um.

Celebro a vida de minha primogênita Maria Amélia, de Dirceu Neto (o gigante) e de Heitor (o bolinha).

Celebro a vida de Estacinho, presente encantador de Maria Amélia.

Tenho a felicidade de poder agradecer aos meus pais, Dirceu e Sevy, vivos e saudáveis. Eles são a razão principal de eu estar aqui, exatamente aqui. Tudo o que sou e o que me tornarei tem início, meio e fim nos meus pais. Em seu Demian, Hesse fala da noite e do dia, enfim, de dois mundos. O dia é mamãe e papai, a luz, a claridade, a limpeza, palavras carinhosas, bons costumes. A noite é o mundo lá fora, coisas belas, espantosas, selvagens, cruéis, espaços sombrios. Sou homem feito, tenho 50 anos, mas na casa de meus pais nunca, jamais, anoiteceu. Lá eu posso ter de novo 12 anos de idade.

Por fim, repetindo outro discurso de posse, quero me referir a um dos grandes amores de minha vida. Sou grato, feliz e realizado por ter Wedme como irmão. Você já é tudo, tinha de ser o único. Só pra dizer que te amo.

Já finalizando, quero dizer que sou ciente de minhas imperfeições, contradições e limitações. As pessoas mais próximas também o são. Certamente serei alertado quando tais características deturparem o objetivo reto do trabalho. Estarei vigilante! Quanto às virtudes, não adianta procurá-las em mim no plano abstrato, o que importa é que elas não falem na hora apropriada.

Faço referência uma vez mais ao Demian, para expressar a minha consciência de que qualquer experiência vivida por um ser humano não pode ser reproduzida por outro:

“Cada homem não é apenas ele mesmo; é também um ponto único, singularíssimo, sempre importante e peculiar, no qual os fenômenos do mundo se cruzam daquela forma uma só vez e nunca mais.”

Nesse sentido, a passagem de cada conselheiro pela presidência do TCE é um momento insuscetível de repetição. Mesmo sabendo que coisas acontecerão e outras não acontecerão exatamente porque estou presidente, o esforço é para errar pouco e corrigir posturas sabidamente equivocadas. Que o grande cuidado lance luzes sobre os caminhos desta casa.

Muito obrigado.